

DIMENSÃO ECONÔMICA DA SUSTENTABILIDADE: uma análise com base na economia verde e a teoria do decrescimento

Denise Schmitt Siqueira Garcia

Doutora pela Universidade de Alicante - Espanha.
Mestre em Direito Ambiental pela Universidade de Alicante - Espanha.
Mestre em Ciência Jurídica.
Especialista em Direito Processual Civil.
Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu
em Ciência Jurídica da UNIVALI - PPCJ.
Advogada.
E-mail: denisegarcia@univali.br

RESUMO

A sustentabilidade já é um tema vital nas discussões norteadas no mundo quando se fala em manutenção da vida na Terra. Trata-se, portanto, do novo paradigma da pós-modernidade. Essa sustentabilidade deve ser amparada por suas três dimensões - a ambiental, a social e a econômica. A dimensão econômica deve ser vista como o desenvolvimento da economia com a finalidade de gerar melhoria na qualidade de vida das pessoas. Para tanto, a discussão proposta no presente artigo é analisar a importância da economia verde para o alcance da dimensão econômica da sustentabilidade e sobre uma análise da Teoria do decrescimento. Seu objetivo geral é analisar a ligação direta entre a dimensão econômica da sustentabilidade e a economia verde, a Teoria do decrescimento e a obsolescência programada. Para elaboração do estudo foi utilizado o método indutivo, com as técnicas do referente, das categorias e do fichamento.

Palavras-chave: Dimensão econômica da sustentabilidade. Economia verde. Teoria do decrescimento. Sustentabilidade.

*ECONOMIC DIMENSION OF SUSTAINABILITY: AN ANALYSIS
BASED ON THE GREEN ECONOMY AND DECREMENT THEORY*

ABSTRACT

Sustainability is already a vital theme in guided discussions in the world when it comes to sustaining life on Earth, it is the new paradigm of post modernity. This sustainability should be supported by its three dimensions - environmental, social and economic. The economic dimension should be seen as the development of the economy in order to generate better quality to people's lives. Therefore, in this article the traced discussion was about the importance of green economy to achieving economic dimension of sustainability, as well as an analysis of decrement theory. Its overall objective is to analyze the direct link between the economic dimension of sustainability and the green economy, the decrement theory and the planned obsolescence. For its preparation, we used the inductive method, with the techniques of reference, categories and book report.

Keywords: *Economic dimension of sustainability. Green economy. Decrement theory. Sustainability.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe estudo que tem como tema central a análise da dimensão econômica da sustentabilidade, com enfoque nas ‘práticas’ necessárias para seu alcance.

O desenvolvimento deste estudo efetivou-se, primordialmente, no âmbito da Sustentabilidade e da Economia; e buscou analisar, em doutrinas nacionais e estrangeiras, considerações sobre a sustentabilidade e suas dimensões; sobre o conceito, as características, a dificuldade de implementação e as formas de efetivação da economia verde; e por fim, propôs uma discussão teórica sobre o que diz a Teoria do Decrescimento. Foram utilizadas também outras fontes que pudessem discorrer sobre o assunto foco desta pesquisa.

Sob esta perspectiva, o artigo tem como objetivo geral analisar a ligação direta entre a dimensão econômica da sustentabilidade e a economia verde, a Teoria do Decrescimento - do economista francês Serge Latouche - e a obsolescência programada.

Traz como problemas centrais os seguintes questionamentos: Quais as medidas e atitudes a serem tomadas para o alcance da dimensão econômica da sustentabilidade? A economia verde tem viabilidade e ajuda no alcance da dimensão econômica da sustentabilidade? Do que trata a Teoria do Decrescimento do economista Serge Latouche? A Teoria do Decrescimento viabiliza o alcance da dimensão econômica da sustentabilidade?

Para os objetivos propostos, o artigo foi dividido em quatro partes: Considerações introdutórias sobre a sustentabilidade e suas dimensões; Economia verde, Teoria do Decrescimento e Obsolescência programada.

Na metodologia, foi utilizado o método indutivo na fase de investigação; na fase de tratamento de dados, o método cartesiano; e no relatório da pesquisa, foi empregada a base indutiva. Foram também acionadas as técnicas do referente, da categoria, dos conceitos operacionais, da pesquisa bibliográfica e do fichamento.

1 CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE A SUSTENTABILIDADE E SUAS DIMENSÕES

Desde a década de 60, o pensamento mundial está voltado para temas que envolvem a proteção ambiental. Nessa época, iniciou-se uma

conscientização de que os recursos naturais eram finitos, e o homem precisava cuidar do meio ambiente para garantia de sua própria vida e, consequentemente, da vida das gerações futuras.

Essa foi uma época de convulsão do mundo moderno. Ao mesmo tempo que irromperam movimentos emancipatórios e contraculturais (sindicais, de juventude, estudantis, de gênero), a bomba populacional explodiu, e soou o alarme ecológico. (LEFF, 2010, p. 55)

Assim, desde os anos 60,

[...] começaram a desfazer-se os impérios coloniais da África e da Ásia, despertou timidamente a consciência do limite dos recursos no planeta Terra, inclusive no âmbito da Organização das Nações Unidas – ONU. A emancipação das colônias levou as potências ocidentais a reverem suas economias e a investigar para ordem geoeconômica, complicada particularmente no então chamado ‘Terceiro Mundo’, a saber: as jovens nações africanas e a América Latina. O ‘Primeiro Mundo’ era constituído pelos Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão, ao passo que o ‘Segundo Mundo’ compreendia a União Soviética (ERSS) e os seus satélites europeus. (MILARÉ, 2013, p.99)

Nesse período, as políticas de desenvolvimento existentes fixavam-se na produção de bens de consumo e na elevação do nível de vida, escancarando as portas para o consumismo; estavam aí compreendidas muitas indústrias, inclusive a indústria automobilística. Esse consumismo exacerbado não eliminou a fome nem a pobreza; muito pelo contrário, agravou ainda mais as diferenças entre ricos e pobres. (MILARÉ, 2013, p. 99)

Vários problemas ambientais, econômicos e sociais foram detectados, como, por exemplo, a redução da capa de ozônio, o câmbio climático, a escassez de água potável, a concentração da população nas cidades, a pobreza, a falta de educação, a mortalidade infantil, a dependência tecnológica e os refugiados ambientais, entre tantos outros que poderiam ser aqui elencados.

Diante dessa realidade, realizou-se em Estocolmo, em 1972, a primeira conferência mundial sobre o meio ambiente, que foi considerada a “Conferência do Descobrimento”. Nessa conferência surgiu a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, que, em 1987, apresentou um importante relatório denominado ‘Nosso Futuro Comum’¹.

¹ Criou-se a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Comis-

Após essa conferência mundial, realizaram-se outras: uma no Rio de Janeiro, em 1992, considerada a “Conferência da Esperança”, na qual surgiu o tema “desenvolvimento sustentável”; outra em Johannesburgo, em 2002, denominada “Conferência da Indiferença”, que não trouxe grandes contribuições; e, por fim, outra no Rio de Janeiro, em 2012, denominada “Conferência do Medo”, no contexto da preocupação com a possibilidade da regressão ambiental.

Essa última conferência focalizou dois grandes temas: o primeiro, sobre a governança global do desenvolvimento sustentável; e o segundo, sobre a economia verde.

Nesse contexto, a sustentabilidade passou a ser o paradigma da sociedade, e ela significa uma falha fundamental na história da humanidade, uma crise de civilização que alcança seu momento culminante na modernidade, mas cujas origens remetem à concepção do mundo que serve de base à civilização ocidental. Assim, a sustentabilidade é o tema de nosso tempo, do final do século XX e da passagem para o terceiro milênio, da transição da modernidade truncada e inacabada para uma pós-modernidade incerta, marcada pela diferença, pela diversidade, pela democracia e pela autonomia. (LEFF, 2011, p. 09)

A sustentabilidade aparece, assim, como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para se chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção (LEFF, 2011, p. 15). Ela deve, portanto, estar alicerçada em três importantes dimensões: a ambiental, a social e a econômica.

Sustentabilidade, portanto, “decorre de sustentação, a qual, por sua vez, é relacionada à manutenção, à conservação, à permanência, à continuidade, e assim por diante”. (GARCIA, 2012, p. 389). Ela deve ser vista como um valor que só começou a firmar-se meio século depois da adoção, pela Organização das Nações Unidas, da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, em 1948. “No fundo, a expressão ‘desenvolvimento sustentável’ é um valor similar ao seu mais nobre antepassado, a ‘justiça social’”. (VEIGA, 2012, p. 13)

são de Brundtland. Esse nome se justifica porque essa comissão era presidida pela então Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Essa comissão elaborou um relatório final, ao qual se deu o nome de “Nosso Futuro Comum”.

Sustentabilidade, nesse prisma, representa formidável compromisso intergeracional: a) com equidade; b) com a precificação da inoperância, que tem permitido a externalização indébita dos custos ambientais; c) com o foco nas energias renováveis e na economia de baixo carbono; d) com longo prazo; e) com a adoção de indicadores habilitados a aferir a qualidade das políticas públicas e privadas; f) com o pensamento prospectivo de prevenção e precaução, que amplia sensivelmente o controle de constitucionalidade; e g) com a lógica sistemática retemperada, que não contempla, em separado ou de modo fragmentário, o ambiental, o econômico, o ético, o jurídico-político e o social. (FREITAS, 2010, p.30)

“Deve-se ainda ter em mente que sustentabilidade é uma dimensão ética, que trata de uma questão existencial, pois é algo que busca garantir a vida, não estando simplesmente relacionada à natureza, mas a toda uma relação entre o indivíduo e todo o ambiente a sua volta”. (GARCIA, GARCIA, 2014, p. 37/54)

Dentro das dimensões da sustentabilidade, a ambiental é aquela em que se observa a importância da proteção do meio ambiente e, conseqüentemente do Direito Ambiental, tendo este, como finalidade precípua, garantir a sobrevivência do planeta mediante a preservação e a melhora dos elementos físicos e químicos que a fazem possível, tudo em função de uma melhor qualidade de vida.

A dimensão social² da sustentabilidade é conhecida como o capital humano; e consiste no aspecto social relacionado às qualidades dos seres humanos. Essa dimensão está baseada num processo de melhoria da qualidade de vida da sociedade, pela redução das discrepâncias entre a opulência e a miséria, como nivelamento de padrão de renda, acesso à educação, moradia, alimentação, ou seja, da garantia mínima dos direitos sociais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (GARCIA, 2011, p. 30)

Assim, para garantia dessa dimensão social, deve ser garantido o ‘mínimo existencial’, que deve ser identificado como o núcleo sindicável da dignidade humana, podendo ser exigido em suas duas dimensões: a) o direito de não ser privado do que se considera essencial à conservação de uma existência minimamente digna; e b) o direito de exigir do Estado prestações que traduzam esse mínimo. (GARCIA, 2013, p. 31/46). Deve-se considerar, segundo palavras de José Carlos Barbieri (2011, p. 40), que “a pobreza, a exclusão e o desemprego devem ser tratados como problemas

2 Sobre a dimensão social, sugere-se a leitura: GARCIA; GARCIA, 2014, p. 37 -54.

planetários, tanto como a chuva ácida e o efeito estufa”.

A terceira dimensão é a econômica, sobre a qual será feito o enfoque principal deste artigo científico, que tem a pretensão de apresentar alguns instrumentos importantes para o alcance dessa dimensão.³

“Com a crise ambiental, a economia se vê obrigada a assumir sua responsabilidade na crescente degradação ecológica e na escassez de recursos naturais”. (LEFF, 2010, p.37)

Importa considerar, portanto, que a dimensão econômica está preocupada com o desenvolvimento de uma economia que tenha por finalidade gerar uma melhor qualidade de vida para as pessoas, com padrões que contenham o menor impacto ambiental possível.

Essa dimensão passou a ser considerada no contexto da sustentabilidade, primeiro porque não há como retroceder nas conquistas econômicas (de desenvolvimento) alcançadas pela sociedade mundial; e segundo, porque o desenvolvimento econômico é necessário para a diminuição da pobreza alarmante. (GARCIA, 2011, p.40)

Diante tudo que foi explanado deve-se levar em consideração que o desenvolvimento não precisa ser contrário com a sustentabilidade. Claro que não. Desde que se converta num deixar de se envolver (des-envolver) com tudo aquilo que aprisiona e bloqueia o florescimento integral dos seres vivos. Dito de outro modo, uma vez reconcebido, o desenvolvimento pode-deve ser sustentável, contínuo e duradouro. (FREITAS, 2012, p.42)

Para o prosseguimento desta pesquisa e o alcance do objetivo proposto, inicia-se a apresentação do instrumento da economia verde e da Teoria do Decrescimento como meios para o alcance da dimensão econômica da sustentabilidade.

2 ECONOMIA VERDE

A partir da década de 50⁴, verificou-se um grande crescimento econômico em quase todo o mundo. A atividade industrial foi impulsionada

3 Sugere-se a leitura sobre a dimensão econômica: GARCIA, 2014, p.7-27.

4 “Na segunda fase, a partir de 1950, observa-se a continuidade dos processos de degradação de determinadas áreas, resultante da ação de agentes poluidores que atuam na própria localidade, e verifica-se também a multiplicação dos problemas ambientais em regiões distantes dos focos geradores de risco. Como aposta Beck, o chamado processo de globalização não está apenas reduzindo as fronteiras financeiras; as fronteiras ambientais também estão sendo eliminadas rapidamente, como demonstram os casos de acidificação de lagos na Escandinávia ou de florestas no Canadá, decorrentes de poluição gerada em lugares bem mais distantes”. (DEMAJOROVIC, 2013, p. 38).

por vários fatores, entre eles o crescimento populacional e a consequente ampliação do número de consumidores de produtos industrializados. Essa expansão aumentou significativamente a poluição atmosférica e o uso dos recursos naturais da Terra.

Até meados de 1980, predominou no discurso empresarial uma resistência a qualquer iniciativa de minimizar os impactos socioambientais decorrentes da atividade produtiva. No que se referia especificadamente aos problemas de degradação ambiental, os representantes empresariais argumentavam que os custos adicionais para as empresas, resultantes dos gastos em controle de poluição, comprometeriam a lucratividade, a competitividade e a oferta de empregos, gerando, portanto, prejuízos às partes interessadas, ou seja, aos trabalhadores, acionistas e consumidores. Nesse contexto, a estratégia das empresas era, segundo o jargão econômico, externalizar os custos ambientais, ou seja, transferi-los para sociedade, poupando o verdadeiro causador de arcar com qualquer ônus para reverter o problema. (DEMAJOROVIC, 2013, p. 33)

“Um dos primeiros estudos econômicos a fazer a ligação entre essa abordagem do capital em relação ao desenvolvimento sustentável e a economia verde foi o livro *Bueprint for a Green Economy*, publicado em 1989 (Pearce ET AL. 1989)”. (PNUMA, 2015).

Não resta dúvida acerca da necessidade de uma mudança de paradigma no que concerne à forma de produção e de consumo. Diante disso, vários foram os debates desde essa época sobre a necessidade de uma transição de uma economia marrom para uma economia verde; e somente em 22 de outubro de 2008 o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA - tomou a iniciativa de lançar o tema: Economia Verde.

Essa forma de economia tem como finalidade fazer com que a economia invista em tecnologias mais avançadas e menos poluentes para produção dos produtos, visando também à conscientização das empresas na exploração da natureza, para que causem danos mínimos.

As mudanças climáticas pelos gases de efeito estufa, por vezes desencadeando eventos climáticos extremos, serve de alerta para que a economia se detenha onde é imperioso deter-se, ou seja, nos seus próprios limites. Mas, para isso são necessários três requisitos: pensar em longo prazo, construir uma visão holística e cultivar valores diferentes. Na economia, é preciso substituir o modelo de alto carbono por um modelo em consonância com os serviços prestados pelos ecossistemas. (MILARÉ, 2013, p. 101)

Assim, “Para que surja uma economia verde, será imprescindível que a responsabilidade pela conservação dos ecossistemas passe realmente a orientar as políticas governamentais, as práticas empresariais e as escolhas dos consumidores. Simultaneamente, todas as esferas do conhecimento devem trazer a natureza de volta. Não por arrependimento romântico, mas como consequência de renovação das humanidades baseada nos mais recentes avanços obtidos nas ciências naturais e na história”. (VEIGA, 2010, p. 151)

Nesse contexto, uma das atitudes eficazes para o alcance da dimensão econômica da sustentabilidade é o aprimoramento para utilização de uma economia que seja ‘verde’.

O PNUMA define economia verde como uma “economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e da igualdade social, ao mesmo tempo que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica”. (PNUMA, 2014, p. 1)

Os últimos anos testemunharam a saída do conceito de ‘economia verde’ de um campo especializado em economia ambiental para ganhar ênfase no discurso sobre políticas. Esse conceito vem sendo cada vez mais encontrado nos discursos dos chefes de Estado e ministros das Finanças, no texto Comunicados do G20 e discutido no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. (PNUMA, 2015)

O foco da economia verde, portanto, precisa estar ligado a dois pontos principais: a) o empenho de governos e da sociedade em concretizá-la; e b) o alargamento de seus horizontes para que se possa alcançar a ‘terceira margem do rio’, isto é, a superação da sociedade de consumo, com a busca de outros valores além dos econômicos. (MILARÉ, 2013, p. 101)

Para os governos, isso incluiria nivelar o campo de ação para produtos mais verdes, eliminando progressivamente subsídios defasados, reformando políticas e oferecendo novos incentivos, fortalecendo a infraestrutura do mercado e mecanismos baseados no mercado, redirecionando o investimento público e tornando os contratos públicos mais verdes.

Para o setor privado, isso envolveria entender e dimensionar a verdadeira oportunidade apresentada pela transição a uma economia verde em uma série de setores-chave, e responder às reformas de políticas e aos sinais de preço por meio de níveis mais altos de financiamento e investimento. (PNUMA, 2015)

E, por fim, é preciso o envolvimento da sociedade com consumidores que sejam conscientes da necessidade de consumir produtos ad-

vindos de uma economia verde, mesmo que, a princípio, seja esse produto um pouco mais caro que os demais decorrentes de uma economia marrom. Vejo que essa mudança de valores e de conduta do ser humano é essencial para que essa economia tenha êxito. Sem essa consciência ambiental, não há como fazer essa transição.

Dessa forma, considerando-se a necessidade da continuidade do desenvolvimento, faz-se necessária a existência de uma economia que se desenvolva com emissão de baixo carbono e poluição, aumentando-se a eficiência energética e o uso de recursos, prevenindo-se, dessa forma, perdas da biodiversidade. (PNUMA, 204, p. 01)

Essa economia vem alicerçada em três pilares: o pilar econômico, segundo o qual o crescimento deverá manter-se em níveis mais elevados que os atuais, com protecionismo verde; o pilar social, que é o mais discutido e está ligado à necessidade de diminuição da pobreza e à geração de emprego; e o pilar ambiental, ligado à necessidade de mudanças nos modos de produção e consumo, em direção a um modelo sustentável, com a necessária ‘revolução tecnológica’.

Assim, reverter esse uso inadequado requer melhores políticas públicas, incluindo medidas de precificação e regulatórias, a fim de mudar os incentivos perversos que impulsionam esse uso inadequado de capital e ignoram as externalidades sociais e ambientais. Ao mesmo tempo, regulamentações políticas e investimentos públicos adequados que promovem mudanças de padrão dos investimentos privados estão cada vez mais adotados no mundo inteiro, especialmente em países em desenvolvimento. (PNUMA 2010). (PNUMA, 2015)

Para o alcance, portanto, dessa economia verde, é preciso haver investimentos públicos e privados, pois o que mais se encontra, atualmente, é uma ‘economia marrom’, plenamente solidificada e que não está preocupada com a proteção ambiental, mas sim - única e exclusivamente - com o lucro.

Assim, apresentam-se algumas propostas para a mudança dessa economia marrom para a economia verde: 1º) implementação de políticas de incitação dos setores verdes da economia, como isenções fiscais, em subvenções ou financiamentos públicos para os setores verde da economia; 2º) penalização no caso de utilização da economia marrom; 3º) capacitação dos novos ramos da economia verde; 4º) investimento na pesquisa, tanto por parte das empresas como do governo, para concorrer com as tecnolo-

gias verdes internacionais; 5º) regulamentação internacional do comércio aberta aos setores verdes e sem subvenção aos setores marrons; 6º) criação de potentes sistemas de proteção social para fazer frente ao desemprego durante essa transição.

Um dos grandes problemas a serem enfrentados na transição dessa economia marrom para uma economia verde é justamente a deficiência tecnológica dos países em desenvolvimento; portanto, há necessidade de um amplo e efetivo processo de transferência tecnológica para permitir uma participação competitiva das indústrias dos países em desenvolvimento para o mercado verde mundial. (PNUMA, 2014, p. 01)

Mesmo com todo esse incentivo, verifica-se que várias são as dificuldades que ainda serão enfrentadas nessa transição como, por exemplo, o alto custo⁵ para as mudanças nas empresas para melhoria nos padrões de proteção ambiental; o tempo de demora no retorno dos investimentos feitos; a dificuldade de mudanças de vida de uma população urbana e consumista, entre tantos outros.

Fica claro que as pessoas precisam mudar seus valores e sua forma de vida, mas também fica límpido que quem já alcançou o ‘conforto’ não vai querer retroceder em suas conquistas. Assim, pensando na necessidade do alcance da sustentabilidade e nas suas dimensões, fica claro que, para o alcance da dimensão econômica, é preciso um olhar minucioso na economia verde, sendo esta uma importante ferramenta para o alcance desse aspecto da sustentabilidade.

O principal resultado da iniciativa economia verde - demonstra que esverdear as economias mais verdes não precisa ser um fardo sobre o crescimento. Pelo contrário, tornar as economias mais verdes tem o potencial de ser um novo vetor de crescimento, uma rede criadora de empregos decentes e uma estratégia vital para eliminar a pobreza persistente. (PNUMA, 2015)

“O conceito de economia verde não substitui o desenvolvimento sustentável; mas há um reconhecimento crescente de que alcançar a sustentabilidade depende quase que inteiramente de obter um modelo certo de economia”. (PNUMA, 2015)

Os economistas que debatem o tema já começam a dividir a sustentabilidade em três correntes básicas: a convencional, a ecológica e a

⁵ “Dados recentes apontam para um gasto mundial de mais de 500 bilhões de dólares anuais do setor empresarial para adequar as empresas à regulação ambiental; só nos Estados Unidos esses gastos estão estimados em 125 bilhões de dólares”. (DEMAJOROVIC, 2013, p. 5.)

que está em busca de uma terceira via. “Na busca de uma terceira via, eles apostam em progressiva reconfiguração do processo produtivo, na qual a oferta de bens e serviços tenderia a ganhar ecoeficiência, desmaterializando-se e ficando cada vez menos intensiva em energia. A economia poderia, assim, continuar a crescer sem que limites ecológicos fossem rompidos, ou que recursos naturais viessem a se esgotar”. (VEIGA, 2010, p. 21/24)

Algumas empresas, já conscientes da existência de uma nova arena de negociações, procuram adequar seu discurso a essa realidade. Conceitos como ética, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável assumem um papel cada vez mais relevante nas estratégias das organizações. O papel do setor privado, segundo alguns de seus representantes, não se restringe mais à geração de riqueza, devendo contemplar também as dimensões social e ambiental. (DEMAJOROVIC, 2013, p.52)

De toda a abordagem feita, não restam dúvidas sobre a importância da transição da economia marrom para a economia verde como forma de alcance da tão almejada qualidade de vida, o que somente se obterá com o equilíbrio das dimensões da sustentabilidade.

3 TEORIA DO DECRESCIMENTO

Outra proposta que se faz neste artigo para o alcance da dimensão econômica da sustentabilidade é a utilização da Teoria do Decrescimento, de Serge Latouche.

Serge Latouche é um economista e filósofo francês, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Paris II e do Instituto de Estudos do Desenvolvimento Econômico e Social. Ele critica o crescimento econômico e aposta em uma “Teoria do Decrescimento”. Para Latouche, o homem segue em um crescimento desenfreado, sem medir as consequências de seus atos e fechando os olhos para o que está acontecendo. Assim, a sociedade de crescimento não é desejada por três razões: “*engendra, una buena cantidad de desigualdades e injusticias, crea un bienestar considerablemente ilusorio, no suscita para los privilegiados una sociedad convivencial sino una antisociedad enferma de su riqueza*”. (LATOUCHE, 2006, p. 49).

Latouche fala de decrescimento, dizendo que esse não se trata de estado estacionário dos velhos clássicos nem de uma forma de regressão, de recessão, nem de crescimento negativo, nem ainda de crescimento zero. Decrescimento, segundo avalia esse autor, deveria, com todo rigor,

ser chamado de ‘acrescimento’, tal como se fala do ateísmo, pois ele é, por outro lado, precisamente, o abandono de uma fé ou de uma religião: a religião da economia, do crescimento, do progresso e do desenvolvimento. (LATOUCHE, 2006, p. 15/16)

Así, una política de decrecimiento se traduciría en un primer lugar, indudablemente, por una sencilla disminución del crecimiento de PIB y no necesariamente en un retroceso, es decir, una tasa negativa, porque se trata de un índice puramente cuantitativo y macroeconómico. (LATOUCHE, 2006, p.33).

A palavra de ordem ‘decrecimento’ tem como principal meta enfatizar fortemente o abandono do objetivo do crescimento ilimitado, cujo motor não é outro senão a busca do lucro por parte dos detentores do capital, com consequências desastrosas para o meio ambiente e, portanto, para a humanidade. (LATOUCHE, 2009, P. 04)

Claro está - há muito tempo - que os recursos ambientais são limitados; porém a geopolítica do ‘desenvolvimento sustentável’ gerou um processo de mercantilização da natureza e de supereconomização do mundo: criaram-se ‘mecanismos’ para um ‘desenvolvimento limpo’ e elaboraram-se instrumentos econômicos para a gestão ambiental que continuaram a estabelecer direitos de propriedade (privada) e valores econômicos para os bens e serviços ambientais. (LEFF, 2010, p. 57)

Hoje, diante do fracasso dos esforços para deter o aquecimento global – o Protocolo de Kyoto havia estabelecido a necessidade de reduzir os gases do efeito estufa (GEE) dos países industrializados ao nível alcançado em 1990-, surge, novamente a consciência dos limites do crescimento e emerge o clamor pelo decrecimento. Este volta como um bumerangue diante do fracasso das políticas globais e nacionais do reformismo ecológico da economia, mais que como um eco de antigas propostas de um ecologismo romântico. (LEFF, 2010, p. 57)

É evidente, porém, que a mera diminuição do crescimento mergulharia a sociedade na incerteza, aumentando as taxas de desemprego; e aceleraria o abandono dos programas sociais, sanitários, educativos, culturais e ambientais que garantem o mínimo indispensável de qualidade de vida. (LATOUCHE, 2009, p. 04)

Portanto, o decrecimento somente pode ser considerado numa ‘sociedade de decrecimento’, ou seja, no âmbito de um sistema baseado

na lógica.

Embora o termo ‘decrecimento’ seja, portanto, de uso muito recente nos debates econômicos, políticos e sociais, a origem das ideias que ele veicula tem uma história mais antiga, ligada à crítica culturalista da economia, por um lado, e à sua crítica ecologista, por outro. (LATOUCHE, 2009, p. 12)

Três ingredientes são necessários para que a sociedade de consumo possa prosseguir na sua ronda diabólica: a publicidade, que cria o desejo de consumir; o crédito, que fornece os meios; e a obsolescência acelerada e programada dos produtos, que renova a necessidade deles. Essas três molas propulsoras da sociedade de crescimento são verdadeiras ‘incitações-ao-crime’. (LATOUCHE, 2009, p.18)

Sugere-se a troca do índice PIB pelo índice FNB - Felicidade Nacional Bruta, conforme foi adotado pelo rei do Butão, que escreveu, como objetivo da Constituição, o crescimento da FNB. (LATOUCHE, 2006, p. 61). *“Sin bienestar, la felicidad parece ilusoria y vana, está desposeída de todos los medios de realización. La vía para acceder a la felicidad es la de bienestar, y sólo esa”*. (LATOUCHE, 2006, p. 62)

Deve-se entender que a felicidade não se identifica com a riqueza:

La riqueza no tiene por qué ser causa necesaria de felicidad; podemos concebir la felicidad material con poca riqueza y una infelicidad ampliamente distribuida junto a una gran masa de riqueza. Lo que es verdad para cada uno de nosotros es verdad, para todos y puede ser verdad para la sociedad entera. En resumem, la riqueza y la felicidad material pueden muy bien ser causas indirectas, auxiliares, secundarias, pero no son causas necesarias del desarrollo moral (LATOUCHE, 2006, p. 73)

Percebe-se, portanto, que, segundo o autor, há necessidade de trocar os indicadores de crescimento para evoluirmos de uma maneira diferente.

A aposta no decrecimento não é apenas uma moral crítica e reativa; uma resistência a um poder opressivo, destrutivo, desigual e injusto; uma manifestação de crenças, gostos e estilos alternativos de vida. O decrecimento não é uma mera descrença, mas uma tomada de consciência sobre um processo que se instaurou no coração do processo civilizatório que atenta contra a vida do planeta vivo e a qualidade da vida

humana. O chamado para decrescer não deve ser um recurso retórico para das asas à crítica da insustentabilidade do modelo econômico imperante, mas deve fincar-se em uma sólida argumentação teórica e uma estratégia política. (LEFF, 2010, p. 58)

“Por eso, reevaluar, es decir, revisar los valores en los que creemos, sobre los que organizamos nuestra vida, y cambiar los que tienen un efecto negativo en la supervivencia feliz de la humanidad, constituye la primera etapa de la construcción de una sociedad de decrecimiento”. (LATOUCHE, 2006, p.80)

Latouche destaca ainda que a globalização marca a passagem de uma economia mundial para uma economia sem fronteiras, constituindo uma forte aliada do crescimento. Uma sociedade assim não é sustentável porque supera a capacidade de carga do planeta, porque vai de encontro aos limites da biosfera. (LATOUCHE, 2006, p. 36)

Esse autor considera, portanto que,

Para dar dignidad por la pobreza material, eliminar la miseria y volver a encontrar el sentido de las verdaderas riquezas, hay que limitar el enriquecimiento económico, y en consecuencia, la acumulación de capital. No se trata de reducir al ambito economista las diversas satisfaciones de los económicamente pobres para enriquecerlos estadísticamente, ni tampoco de empobrecer a los ricos descontando su riqueza los costes de su obesidad o de su malestar. La reevaluación de los ingreso de los pobres no tiene en absoluto como objetivo intentar demostrar que se equivocan si se quejan, sino al contrario, darles un mínimo de dignidad y de amor propio para poder llevar a cabo el combate. Se trata de poner fin al acaparamiento sin freno para sacar a los miserables de la pobreza económica y reinsertarlos en una sociedad más convivencial y más sostenible. (LATOUCHE, 2006, p. 101)

Trata-se de procurar as mesmas satisfações sem se recorrer ao sistema mercantilista. *“El impacto es un retroceso del PIB y en consecuencia de la huella ecologica para mayor felicidad de todos (salvo tal vez para los comerciantes...)”.* (LATOUCHE, 2006, p. 101)

Existem, portanto, segundo esse autor, duas vias individuais para decrescer:

La primera es consumir menos, la sobriedad; la segunda, autoproducir e intercambiar según la lógica del donativo. Sólo aquel que no sabe hacer nada está condenado a convertirse en un consumidor obstinado y esta incapacidad es señal

de empobrecimiento cultural. Para volver a encontrar el sentido de la medida, es importante articular esta ética del decrecimiento voluntario con el proyecto político. (LATOUCHE, 2006, p. 101)

Assim, o decrescimento tem como objetivo ressaltar a necessidade de abandono do insensato objetivo do crescimento pelo crescimento, cujo motor não é mais que uma busca desenfreada de ganâncias por parte dos possuidores de capital. Ele visa à busca pela verdadeira felicidade, com a volta dos valores para as coisas simples da vida.

“Em tal visão, só pode haver sustentabilidade com a minimização dos fluxos de energia e matéria que atravessam esse subsistema, e daí a decorrente necessidade de desvincular os avanços sociais qualitativos daqueles infundáveis aumentos quantitativos da produção e do consumo”. (VEIGA, 2010, p. 19) (como acontece com o PIB)

Não há como escapar, portanto, do dilema do crescimento. E seu debate vai exigir rompimento mental com uma macroeconomia inteiramente centrada no aumento ininterrupto do consumo, em vez de um continuísmo pretensamente esverdeado por propostas de ecoeficiência - mas que jamais vai poder deter o aumento da pressão sobre os recursos naturais. (VEIGA, 2010, p.25/26)

Com a percepção mundial da necessidade da preservação ambiental para a garantia da saudável permanência na Terra, diversas são as teorias que surgem com o objetivo de procurar soluções para preservação das futuras gerações.

Assim, o autor lança algumas sugestões importantes e essenciais para o alcance dessa sociedade do decrescimento. Ele chama a atenção para a importância da utilização dos oito ‘erres’: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar, reciclar.

Latouche analisa o **reavaliar** no sentido de que o altruísmo deveria prevalecer sobre o egoísmo, a cooperação sobre a competição desenfreada, o prazer do lazer e o *éthos* do jogo sobre a obsessão do trabalho, a importância da vida social sobre o consumo ilimitado, o local sobre o global, a autonomia sobre a heteronomia, o gosto pela bela obra sobre a eficiência produtivista, o sensato sobre o racional, o relacional sobre o material, e assim por diante.

Ter preocupação com a verdade, sendo de justiça, responsabilidade, respeito da

democracia, elogio da diferença, dever de solidariedade, vida espiritual: eis os valores que devemos reconquistar a qualquer preço, pois são a base de nosso florescimento e nossa salvaguarda para o futuro. (LATOUCHE, 2010, p. 44)

Reconceituar significa a necessidade de troca de valores e da forma de olhar o mundo, redimensionando alguns conceitos como riqueza e pobreza.

Reestruturar significa adaptar o aparelho produtivo e as relações sociais em função da mudança de valores.

Redistribuir seria a necessidade de redistribuição das riquezas e o acesso ao patrimônio natural, tanto entre o Norte e o Sul como dentro de cada sociedade, entre as classes, as gerações e os indivíduos.

Relocalizar seria investir na produção local, com o intuito da satisfação das necessidades da população em empresas locais. “Se as ideias devem ignorar as fronteiras, os movimentos de mercadorias e capitais devem, ao contrário, limitar-se ao indispensável”. (LATOUCHE, 2010, p. 49)

Reduzir é diminuir o impacto da biosfera, mudando nossos hábitos de consumo. “80% dos bens postos nos mercados são utilizados uma única vez antes de ir direto para o lixo”. (LATOUCHE, 2010, p. 49). Outras reduções são desejáveis, desde a dos riscos sanitários até a dos horários de trabalho.

Antes de mais nada, trata-se de se desintoxicar do vício do ‘trabalho’, elemento importante do drama produtivista. Não construiremos uma sociedade serena do decrescimento sem recuperar as dimensões recalçadas da vida: o prazer de cumprir seu dever cidadão, o prazer das atividades de fabricação livre, artística ou artesanal, a sensação do tempo recuperado para a brincadeira, a contemplação, a meditação, a conversação, ou até simplesmente, para a alegria de estar vivo. (LATOUCHE, 2010, p. 53)

Sem um reencantamento da vida, a teoria do decrescimento está fadada ao fracasso.

A saída do sistema produtivista e trabalhista atual pressupõe uma organização totalmente diferente em que, além do trabalho, sejam valorizados o lazer e o jogo, em que as relações sociais primem sobre a produção e o consumo de produtos descartáveis inúteis ou até nocivos. (LATOUCHE, 2010, p. 121)

Essa reconquista do tempo 'livre' é uma condição necessária para a descolonização do imaginário. Concerne tanto aos operários e aos assalariados quanto aos executivos estressados, aos padrões atormentados pela concorrência e aos profissionais liberais comprimidos no torno da compulsão ao crescimento. (LATOUCHE, 2010, p. 126)

Por fim, **reutilizar e reciclar**, com a diminuição do desperdício, com o combate à obsolescência programada e com a reciclagem dos resíduos não reutilizáveis diretamente.

Tal teoria se desenvolve com enfoque na dimensão econômica da teoria da sustentabilidade, abordando uma problemática não muito discutida, mas que traz uma reflexão bastante interessante sobre a visão do alcance da sustentabilidade.

A teoria do decrescimento não é um retorno à pressão comunitária (da pequena família nuclear, do bairro chique, do egoísmo regional) e sim, a um novo tramado orgânico do local (possibilitar que as pessoas estejam mais juntas, como estiveram até os anos 1960, graças, entre outras coisas, às escolas rurais e às empresas 'familiares', a quitandas de esquina e cinemas de bairro, em vez de passarem a vida viajando no circuito entre complexos escolares, zonas industriais e hipermercados de periferia). (LATOUCHE, 2010, p. 64)

A receita do decrescimento consiste em fazer mais e melhor com menos.

Assim, o autor criador da Teoria do Decrescimento propõe que, na verdade, haja uma reavaliação dos valores humanos, de modo que não se busque o crescimento pelo crescimento plantado pela sociedade consumérista, mas que se busque a verdadeira felicidade por meio do retorno dos valores para as coisas mais simples da vida.

De todo o exposto, percebe-se claramente a ligação entre essa Teoria do Decrescimento e a dimensão econômica da sustentabilidade, uma vez que, para o alcance dessa dimensão, é preciso que sejam feitas mudanças na economia, mudanças de conduta dos governos (municipal, estadual e federal), da sociedade civil, dos consumidores e das entidades privadas e públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os anos sessenta, tem-se falado da necessidade de mudanças na exploração do meio ambiente, pois, nessa época, se deparou com a realidade de que esse meio ambiente é finito, e o crescimento, da forma como se apresenta, torna-se inviável para a manutenção da vida na terra.

Desse período em diante, vários problemas ambientais, econômicos e sociais foram detectados, como: a redução da capa de ozônio, o câmbio climático, a escassez da água potável - que está cada vez maior -, a concentração da população nas cidades, a pobreza, a falta de educação, a mortalidade infantil e a dependência tecnológica, entre tantos outros que poderiam ser aqui elencados.

Diante dessa realidade, a Organização das Nações Unidas - ONU - organizou, em 1972, a *Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente*, com o objetivo de promover discussões sobre os mencionados temas. Após essa conferência, outras aconteceram, como a de 1992 chamada de *Conferência da Esperança*, na qual se iniciaram as discussões sobre desenvolvimento econômico; a de 2002, denominada *Conferência da Indiferença*, e, por fim, a de 2012, chamada *Conferência do Medo*. Nessa última conferência, um dos temas centrais era a economia verde.

Todas essas conferências e discussões foram essenciais para o surgimento dos debates hoje traçados sobre a sustentabilidade e suas dimensões: a ambiental, a social e a econômica.

O enfoque do presente artigo foi sobre a dimensão econômica, que se preocupa com o desenvolvimento de uma economia que tenha por finalidade gerar melhor qualidade de vida para as pessoas, com padrões que contenham o menor impacto ambiental possível, alinhando-se aos temas abordados, que são: a Economia Verde e a Teoria do Decrescimento.

Para o PNUMA, a economia verde é aquela que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e em igualdade social, ao mesmo tempo que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica.

Essa forma de economia tem como finalidade fazer com que a economia invista em tecnologias avançadas e menos poluentes para produção dos produtos, visando também à conscientização das empresas na exploração da natureza, para que causem danos mínimos.

Para o alcance dessa economia verde, portanto, é preciso fazer investimentos públicos e privados e ocorrer uma mudança de conduta dos consumidores.

Um dos problemas que o artigo destaca para o alcance da economia verde é a deficiência tecnológica dos países em desenvolvimento; nele se ressalta, portanto, a necessidade de um amplo e efetivo processo de transferência tecnológica para permitir uma participação competitiva das indústrias dos países em desenvolvimento.

Na terceira parte do artigo é feita uma análise do significado da Teoria do Decrescimento, de Serge Latouche. Essa teoria aponta a necessidade de mudança de formas de vida, de mudanças na economia e, ainda, a importância de utilização dos oito “erres”: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar e reciclar.

Ressalta também, como importante, a necessidade de reavaliação de valores humanos, de modo que não haja somente o crescimento pelo crescimento, mas sim que se busque a verdadeira felicidade mediante o retorno às coisas mais simples da vida.

Após o estudo realizado, não restam dúvidas de que a mudança de uma economia marrom para uma economia verde é algo essencial para o alcance efetivo da dimensão econômica da sustentabilidade, assim como para a aplicação dos princípios propostos pela Teoria do Decrescimento, de Serge Latouche.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. *Gestão ambiental empresarial*. Conceitos, modelos e instrumentos. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DEMAJOROVIC, Jacques. *Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental*. Perspectivas para a educação corporativa. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2013.

FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade: direito ao futuro*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. A atividade portuária como garantidora do Princípio da sustentabilidade. *Revista Direito Econômico Socioambiental*. Curitiba, v. 3, n. 2, p. 375-399, jul/dez. 2012.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. *El principio de sostenibilidad y los puertos: a atividade portuária como garantidora da dimensão econômica da sustentabilidade*. 2011. 451 f. Tese (Doctorado en Derecho Ambiental y sostenibilidad de la Universidad de Alicante

- UA) - Universidade de Alicante, Espanha, 2011.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. Mínimo existencial ecológico: a garantia a um patamar mínimo de qualidade ambiental para uma vida humana digna e saudável. *Jurídicas*, Manizales – Colômbia: Universidad de Caldas, n. 1, v. 10.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira; GARCIA, Heloíse Siqueira. Dimensão social do princípio da sustentabilidade: Uma análise do mínimo existencial ecológico. In. SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de; GARCIA, Heloíse Siqueira. (orgs.). *Lineamentos sobre sustentabilidade segundo Gabriel Real Ferrer*. Dados eletrônicos. Itajaí: UNIVALI, 2014.

LATOUCHE, Serge. *La apuesta por el decrecimiento*. Cómo salir Del imaginario dominante? Barcelona: Icaria Editorial, 2006.

LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LEFF, Henrique. *Discursos sustentáveis*. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental*. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MILARÉ, Edis. *Direito ao ambiente*. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PNUMA. *Rumo a economia verde*. Disponível em: <www.unep.org/greeneconomy/portals/88/doments/gen/Green_Economy_full_report_pt.pdf> Acesso em: 20 mar. 2015.

PNUMA. *Rumo a uma economia verde. Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza*. Disponível em <www.pnuma.org.br>. Acesso em: 15 jul. 2014.

VEIGA, José Eli. *Sustentabilidade*. A legitimação de um novo valor. 2 ed. São Paulo: SENAC, 2010.

Artigo recebido em: 24/04/2015.

Artigo aceito em: 16/11/2015.